

CLIPPING

41/2019

13 de Dezembro de 2019

EDUCAÇÃO

- Matrículas em cursos de especialização crescem 74% em quatro anos
- Governo anuncia versão digital de diplomas com custo 80% menor
- Ânima compra Unicuritiba por R\$ 130 milhões
- Instituições federais têm performance duas vezes melhor que particulares em avaliação do MEC
- Universidades devem garantir diploma digital até o final de 2021
- Opção pelo EAD é boa, mas não faz sentido criar padrão único
- MEC libera 40% de ensino a distância para cursos da área da saúde e engenharias



Matrículas em cursos de especialização crescem 74% em quatro anos

Busca por qualificação profissional e indenizações por demissão são motivos apontados por instituições de ensino

Em um período de fraco desempenho da economia, disparou no país a procura por cursos superiores de especialização, mais ligados ao aperfeiçoamento profissional.

De um total de 683 mil alunos em 2016, eles passaram a ter 1,19 milhão em 2019, um crescimento de 74% em apenas quatro anos.

No mesmo período, os programas de mestrado e doutorado tiveram um crescimento bem mais tímido —18% e 9%, respectivamente—, alcançando um total de 381 mil.

Os números fazem parte de estudo feito pelo Semesp (sindicato das mantenedoras de ensino superior) com base em dados do segundo trimestre da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) Contínua, do IBGE, e do e-MEC, sistema do Ministério da Educação.

A pesquisa leva em conta apenas cursos com duração mínima de 360 horas.

Para Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp, as incertezas econômicas foram um fator decisivo para o crescimento das especializações (também conhecidas no meio acadêmico como modalidade *lato sensu*).

"Quando há uma crise, as pessoas se preocupam com empregabilidade: ou arrumar um trabalho ou se manter nele. E uma boa forma de fazer isso é investir na formação", afirma ele.

Segundo os dados levantados pela entidade, 85% dos alunos de especialização, como os MBAs, trabalham, dos quais 66% estão no emprego há dois anos ou mais;

e 41% do total de estudantes são os principais responsáveis pelo domicílio onde vivem.

Outros fatores que, para Capelato, contribuem para o crescimento da modalidade são a redução do preço de alguns dos cursos e o aumento da oferta de aulas por meio da EAD (educação a distância), cuja flexibilidade atende bem as necessidades do público que trabalha.

As matrículas do ensino remoto mais que dobraram e atualmente respondem por 32% do total.

A recuperação da atividade econômica, ainda que lenta, também contribui para a expansão do mercado de especializações.

Diretor de Educação Executiva da FGV-SP, Paulo Lemos afirma que, após uma queda entre 2014 e 2016, as matrículas nas especializações oferecidas pelas instituições voltaram a crescer e, no ano que vem, deverão superar a marca registrada em 2013.

Uma das razões é que muitas empresas que subsidiavam ao menos parte da formação de seus funcionários puderam voltar a fazê-lo.

Ele afirma ainda que a crise também fez surgir novas demandas, como a de profissionais qualificados para trabalhar com dados com o objetivo de qualificar a tomada de decisões de negócio complexas.

O perfil do aluno de um curso de educação executiva em geral é o de uma pessoa com cinco anos de carreira, em cargo de gestão, que busca acelerar a evolução da profissional, afirma Marcelo Orticelli, diretor responsável por essa área no Insper.





Além de se diferenciar dos demais no mercado, a renda média dos estudantes desses cursos, de em um MBA o estudante tem a oportunidade de qualquer forma, é em média 150% maior do que a ampliar a sua rede de contatos na área em que ele daqueles que apenas fazem uma graduação –R\$ atua. 4.634,50 contra R\$ 1.860,30.

Pró-reitor de educação continuada da PUC O perfil do estudante é predominantemente (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo, feminino (62,6%), o que pode ser explicado pelo Silas Guerriero concorda e aponta ainda outro alto número de alunos em cursos ligados à ingrediente da crise que turbinou o crescimento educação, saúde e serviços sociais. Elas da pós-graduação lato sensu: as indenizações tradicionalmente são maioria principalmente no recebidas por profissionais demitidos de seus mercado ligado ao ensino.

postos de trabalho, que muitos escolheram usar O Sudeste também domina as matrículas, com em um investimento na formação. 44%, seguido do Nordeste, que tem participação de

"Ter graduação virou o mínimo no mercado de 23%.

trabalho. Para concorrer de verdade, é preciso ter O crescimento da pós lato sensu se dá em um algo a mais." momento de crescimento pífio no mercado da

Embora esse diferencial também possa ser obtido graduação.

com um mestrado profissional ou mesmo De 2016 a 2018, o número de matrículas nesse acadêmico, a especialização, além da rede de nível de ensino cresceu apenas 5%, segundo o contatos, envolve mais conteúdo em sala de aula Censo da Educação Superior. O aumento é puxado do que pesquisa. pela EAD. Nos cursos presenciais, o número de

"Nesses cursos, o aluno vai ter mais carga horária alunos no setor privado vem caindo.

em sala de aula e vai mais receber conhecimento do que produzir por conta própria."

Segundo o levantamento do Semesp, 88% das matrículas em especializações estão em instituições privadas, que puxaram o crescimento da modalidade --elas aumentaram em 80% o número de alunos, quase o dobro da taxa de 41% da rede pública.

Assim como as particulares, as universidades estatais também podem cobrar uma taxa dos alunos, de acordo com decisão proferida em 2017 pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Fonte: Folha de SP



Governo anuncia versão digital de diplomas com custo 80% menor

O Ministério da Educação (MEC) anunciou hoje de acordo com Barbosa Júnior, a medida deve (10) que universidades e instituições de ensino economizar R\$ 48 milhões ao ano para as instituições que emitem o papel. Jean Martina, que de diplomas de graduação: o diploma digital. De supervisionou o projeto-piloto na UFSC, explicou acordo com o secretário de Educação Superior, que os custos logísticos serão reduzidos Arnaldo Barbosa Júnior, a medida visa reduzir os drasticamente. “O preço de emissão de um custos de emissão do certificado e agilizar a diploma digital físico é de R\$ 390,26. A versão empregabilidade de jovens graduados. digital custará pouco mais de R\$ 85.

“Quando a pessoa se forma no nível superior, o O principal ganho é que vamos desmaterializar o nível de empregabilidade se torna muito elevado. papel e criar uma versão eletrônica, que estará Isso é fruto das oportunidades que estamos disponível em qualquer celular”.

criando, é mais um serviço de transformação A versão digital dos diplomas também será uma digital. E vamos corrigir um erro histórico: ficamos garantia de autenticidade, pois qualquer pessoa muito distantes dos alunos. Mas, cada vez mais, poderá consultar a base de registros digitais queremos nos aproximar e construir um novo disponibilizada pelo MEC, que validará as mundo. Um mundo de educação de qualidade”, informações consultadas pelos aplicativos de disse o secretário. celular ou pela internet. “O diploma [digital] visa

O novo formato deve estar disponível para 8,3 garantir simplificação. O processo [de validação do milhões de estudantes brasileiros que estão em diploma] é muito moroso. O processo mais fase de graduação e que serão beneficiados pela simples pode demorar até 120 dias, e muitas vezes primeira fase de implantação do diploma digital. O os prazos não são sequer respeitados. Temos que projeto-piloto foi realizado na Universidade garantir a desburocratização e, acima de tudo, Federal de Santa Catarina (UFSC) e conseguiu garantir segurança para combater diplomas reduzir o tempo de emissão de um diploma irregulares e falsos”, disse Barbosa Júnior.

devidamente autenticado e assinado digitalmente Adaptação pelo ministério para 15 dias - prazo 84% menor As instituições terão dois anos - até dezembro de que os 90 dias estipulados pela maioria das 2021 - para fazer a transição completa para o instituições de ensino superior do Brasil. Segundo modelo de diploma digital. Isso significa que o o secretário, por enquanto a nova tecnologia não aluno deverá ter acesso a uma versão normatizada será aplicada para cursos de pós-graduação, e padronizada do diploma, que poderá ser mestrados e doutorados. acessada a qualquer momento por meio do site ou de aplicativos de celular.

Custos menores

Os custos para a emissão do diploma digital também são positivos.





A medida não afetará o estilo visual dos diplomas. A validação será por meio de um código QR no verso dos documentos.

Ex-alunos que concluíram o ensino superior antes da medida também poderão solicitar a versão digital do diploma. Esta, entretanto, seguirá as regras de emissão da 2ª via do documento, com o pagamento das taxas preestabelecidas pelas instituições.

Fonte: Agência Brasil



Ânima compra Unicuritiba por R\$ 130 milhões

Estratégia da companhia é crescer por meio de aquisições e entrar em novas praças

Dentro de sua nova estratégia de crescer por aquisições, a Ânima fechou, ontem, a compra de 100% do centro universitário Unicuritiba por R\$ 130 milhões. O negócio marca a entrada da companhia no Paraná.

Essa é a terceira transação da Ânima focada em expansão nos últimos quatro meses. Em agosto, o grupo adquiriu por R\$ 200 milhões a Uniages, instituição de ensino do Nordeste que possui cursos de medicina, e no mês passado assinou um contrato de prestação de serviço de gestão com a UniSul, de Porto Alegre (RS), que contempla uma opção de compra.

Fundada em 1950, a Unicuritiba tem forte tradição em Direito. O centro universitário conta com 5,1 mil alunos que pagam em média uma mensalidade de R\$1,3 mil. Neste ano, a receita líquida estimada é de R\$ 78,7 milhões e o lucro líquido antes de juros, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado é de R\$ 9,3 milhões. A aquisição deve gerar sinergias de R\$ 15,8 milhões.

Do valor total da transação, R\$ 110 milhões serão pagos em dinheiro e a diferença em ações da Ânima. Ontem, os papéis da companhia fecharam em alta de 6,72% cotados a R\$ 26,51.

As negociações entre a Unicuritiba e Ânima foram exclusivas, ou seja, não houve outros concorrentes.

"O mercado está muito aquecido. Várias instituições que antes não cogitavam vender agora estão abertas.

E, temos vários casos de instituições que só abrem negociações conosco devido ao nosso perfil de manter a qualidade do ensino, corpo docente", disse Marcelo Batistella Bueno, presidente da Ânima, na terça-feira, durante evento para investidores.

Fonte: Valor



Instituições federais têm performance duas vezes melhor que particulares em avaliação do MEC

O desempenho é quase duas vezes superior ao de faculdades e universidades com fins lucrativos

As instituições federais tiveram mais da metade de seus cursos de graduação com as mais altas notas no sistema de avaliação do MEC (Ministério da Educação) em 2018. O desempenho da rede é quase duas vezes superior ao de faculdades e universidades com fins lucrativos.

Os indicadores foram divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do MEC responsável pela avaliação do ensino superior.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem insistido em um discurso crítico à qualidade das federais. Ao mesmo tempo, suas declarações vão no sentido de priorizar o setor privado na expansão e de defender uma autorregulação para o sistema.

As graduações são classificadas pelo CPC (Conceito Preliminar de Curso) ao levar em consideração notas de uma prova feita por concluintes (o Enade) e informações como o perfil de titulação de professores.

O conceito tem uma escala de 1 a 5 —cursos com CPC 1 e 2 são considerados insatisfatórios e podem ter a autorização de funcionamento comprometida. Já as notas 4 e 5 representam os intervalos de melhor qualidade em relação aos demais.

Entre as federais, 56,8% dos cursos avaliados no ano passado ficaram nos dois últimos intervalos. Esse percentual é de 28,35% nas privadas com fins lucrativos.

Na outra ponta, com conceitos 1 e 2, as federais têm 2,4% de cursos e as privadas com fins lucrativos, 10,7%.

As instituições públicas estaduais, por exemplo, tiveram 30,8% dos cursos com notas 4 e 5. O resultado é inferior ao registrado entre as privadas sem fins lucrativos, com 33,4% das graduações nesse patamar.

Tiveram conceito calculado no ano passado 8.520 bacharelados e cursos superiores de tecnologia. A cada três anos um grupo de graduações é avaliado.

Fazem parte desse ciclo de avaliação cursos de 27 áreas. Entre eles estão administração, direito, psicologia e ciências contábeis.

Mais da metade dos cursos está em instituições privadas com fins lucrativos: são 4.346 cursos. As universidades federais concentram 684 cursos.

Ao levar em conta todas as instituições, entre públicas e privadas (com e sem fins lucrativos), 33,4% estão com notas 4 e 5. A maioria dos cursos, 56,6%, está na nota 3 e 9,9% se posiciona nas notas mínimas, 1 e 2.

As graduações avaliadas em bacharelados são administração, administração pública, ciências contábeis, ciências econômicas, design, direito, jornalismo, psicologia, publicidade e propaganda, relações internacionais, secretariado executivo, serviço social, teologia e turismo.





Já os cursos tecnológicos analisados foram comércio exterior, design de interiores, design moda, design gráfico, gastronomia, gestão comercial, gestão de qualidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão pública, logística, marketing e processos gerenciais.

O Inep também divulgou o IGC (Índice Geral de Cursos), indicador referente às instituições. Ele é calculado com base na média do CPC nos últimos três anos, combinado com informações como a qualidade da pós-graduação.

A distribuição segue a mesma tendência do índice de cursos. Das instituições avaliadas, 68,6% nas federais estão com as duas notas mais altas (considera universidades e institutos federais). O percentual é de 18,1% entre as privadas com fins lucrativos.

No geral, independentemente do tipo de instituição, 22,3% estão nos dois intervalos superiores (4 e 5) e 63,6% com a nota 3. Na ponta inferior, 12,9% das instituições tiveram IGC com conceito 1 e 2.

Fonte: Folha de SP



Universidades devem garantir diploma digital até o final de 2021

Portaria, ainda não publicada, trará padrões de segurança e requisitos de informação

As instituições de ensino superior do país terão até o fim de 2021 para se adequar ao processo de emissão de diplomas digitais. Os documentos físicos poderão continuar a ser fornecidos.

O MEC (Ministério da Educação) trabalha nas adequações das regras desde 2018, ainda no governo Michel Temer (MDB).

Em março deste ano, já sob o governo Jair Bolsonaro, a pasta regulamentou a medida em portaria. Nesta terça-feira (10), anunciou uma nova portaria, ainda não publicada, que trará padrões de segurança e requisitos de informação.

A adequação seria contada a partir de março, mas, agora, ganhou novo prazo, que se encerra em dezembro de 2021.

Uma versão digital deverá ser semelhante ao diploma tradicional e poderá ser acessada também pelo celular, segundo o MEC. A validação das informações deverá ser feita por um código alfanumérico e um QR Code.

Está previsto um processo de certificação digital, com segurança de dados assegurada pelo ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação).

A validade e segurança devem ser padronizadas pelo ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), com assinatura digital.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, a iniciativa trará mais segurança contra fraudes além de reduzir o tempo de emissão.

"Começamos a nos aproximar melhor dos nossos clientes", disse ele, referindo-se aos alunos, durante entrevista coletiva realizada em Brasília nesta terça.

A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) desenvolveu neste ano um projeto-piloto para testar os processos de adequação. Neste trabalho, concluiu-se que o custo de emissão no novo formato fica em R\$ 85,12, ao passo que no sistema físico custa R\$ 390,26.

Além disso, um diploma físico leva cerca de 90 dias para ser emitido. Esse prazo pode cair para 15 dias.

A redução de custo e tempo se deve, sobretudo, a uma menor necessidade de trabalho de pessoal.

A digitalização prevê não apenas o documento final nesse formato mas também exige que todos documentos de apoio, como históricos escolares, estejam nas mesmas plataformas.

Não há previsão, entretanto, de investimentos do MEC para a adequação de infraestrutura tecnológica, que deve ser atendida tanto por instituições públicas quanto privadas.

A legislação sobre emissão de diplomas não será alterada. Dessa forma, faculdades continuam a emitir diplomas, mas precisam que uma universidade os registre.

O diploma digital só estará disponível inicialmente para cursos de graduação. O MEC planeja estender a medida futuramente para a pós-graduação.

Fonte: Folha de SP



Opção pelo EAD é boa, mas não faz sentido criar padrão único

Aulas práticas não podem ser trocadas pelo ensino a distância e cada área do conhecimento depende de formas diferentes de conhecimentos práticos

A modalidade EAD faz sentido e pode colaborar muito com o aprendizado em algumas disciplinas, mas não em todas. Aulas práticas não podem ser trocadas pelo ensino a distância e cada área do conhecimento depende de formas diferentes de conhecimentos práticos, não é possível estabelecer um padrão único para as graduações, como 40%. Alguns cursos, como os de saúde, licenciaturas e engenharias, podem ter carga horária teórica menor do que esse percentual estabelecido.

Em um curso de Matemática ou Direito em que a carga teórica é grande, as aulas a distância podem ser uma boa opção. Não porque reduz os custos ou por ser mais cômodo, mas por permitir outra metodologia de ensino. Mas em cursos muito práticos pode prejudicar a formação do profissional. Se a motivação do ministério é melhorar a qualidade do ensino e modernizar as aulas, não deveria ter um padrão único.

Além disso, não adianta só criar a regra e liberar a modalidade, mas é preciso investir para que as universidades possam de fato implementá-la com qualidade.

O ensino a distância de qualidade exige investimento, não pode ser visto como uma forma de baratear os custos da educação.

Fonte: Estadão



MEC libera 40% de ensino a distância para cursos da área da saúde e engenharias

Mudança para as graduações das universidades federais e particulares só não é válida para Medicina

O Ministério da Educação (MEC) publicou uma portaria em que libera as universidades federais e particulares a oferecer cursos de graduação presencial com até 40% da carga horária por meio do ensino a distância. A medida é válida para todas as graduações, com exceção de Medicina.

A portaria assinada pelo ministro Abraham Weintraub foi publicada na quarta-feira, 11, no Diário Oficial da União.

O Estado apurou que a maior flexibilização para o uso da modalidade nos cursos presenciais atende a uma demanda de donos de faculdades privadas. Alguns desses empresários têm grande proximidade com Weintraub e têm conseguido que ele priorize pautas antigas do setor.

Em dezembro do ano passado, o ministério já havia publicado portaria em que aumentava o limite das aulas a distância de 20% para 40% em cursos presenciais em instituições de ensino credenciadas pelo MEC, o que inclui as faculdades privadas. A portaria desta quarta-feira se refere especificamente às instituições do sistema federal de ensino.

A portaria do ano passado também não liberava a modalidade a distância para os cursos da área de saúde e engenharia. Agora, o texto permite que essas graduações possam ofertar parte das disciplinas nesse modelo.

Outra diferença entre as duas portarias é que não há uma lista de exigências para a oferta do EAD.

Enquanto a primeira regulamentação dizia que as universidades credenciadas, na qual estão as particulares, teriam uma "permissão básica" para oferecer até 20% da carga horária a distância.

O percentual pode chegar a 40% se a instituição atender a quatro requisitos, como boas notas nas avaliações do MEC. Na nova portaria, específica para as federais, não há um limite inicial de 20%

Em nota, o MEC informou que a portaria apenas "ajusta o texto" anterior que já permitia a oferta em até 40% de carga horária a distância nos cursos presenciais. "Foram feitas alterações para dar clareza à redação quanto a oferta das atividades extracurriculares e ao limite de percentual EAD permitido para cursos presenciais, auxiliando na desburocratização de processos", disse.

Federais
A mudança no texto preocupou os reitores e dirigentes de universidades federais que temem que a mudança seja mais um instrumento para o ministério forçar a redução de custos nas instituições. "Nós não temos resistência à modalidade a distância, sabemos e entendemos que ela pode ser usada e pode ser bastante benéfica em alguns cursos e disciplinas, mas não em tudo. Há um receio de que o ministério entenda essa possibilidade como uma solução para tudo e continue reduzindo nossos recursos", disse Márcia Rangel, superintendente de educação a distância da Universidade Federal da Bahia (UFBA).





Segundo dirigentes das federais, o ministro criou informalmente um "ranking de eficiência" para avaliar as universidades. Para ele, as mais eficientes são as que têm menor custo por aluno.

Particulares

Apesar de atender uma demanda do setor privado, a portaria também foi alvo de críticas dessas faculdades que pediam para que as regras flexibilizassem ainda mais o uso da modalidade. A Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes) disse em nota que a portaria não desobriga as faculdades de cumprirem os 200 dias letivos exigidos. Para a entidade, a obrigatoriedade é contraditória.

Fonte: Estadão

